

Absenteísmo insólito

O Congresso Nacional inaugurou ontem sua 49ª Sessão Legislativa, a primeira da nova legislatura, de forma insólita. Eleitos em meio ao descrédito popular em relação à política e aos políticos, os parlamentares deveriam ter como preocupação primeira resgatar o papel — e não apenas a imagem, no fundo mera consequência — do Poder Legislativo. Paradoxalmente, apenas 35% dos deputados federais e senadores compareceram ao plenário da Câmara onde transcorreu a solenidade.

Na verdade, seria impróprio falar de falta de quórum no dia de ontem, uma vez que se tratava de uma sessão solene. O fato de que não houvesse votação não reduz, contudo, a gravidade — ou pelo menos a indelicadeza — das ausências. Do ponto de vista protocolar, basta dizer que, em termos proporcionais, o comparecimento de membros do Executivo foi maior que o dos próprios parlamentares.

Do ângulo político, as manifestações dos novos presidentes da Câmara e do Senado sobre a necessidade de revitalizar o Legislativo, dando-lhe maior agilidade e participação nas decisões relativas ao destino do País, recebem com as abstenções uma contra-senha desmoralizante no momento mesmo em que o presidente do Congresso (que, convém lembrar, é o presidente do Senado) fazia uma veemente defesa das prerrogativas do Poder Legislativo. A crítica, procedente aliás, ao excessivo número de medidas provisórias fica exposta ao sarcasmo pe-

la repetição do absenteísmo que caracterizou a legislatura passada, especialmente durante o último ano.

A frequente falta de quórum desde o fim dos trabalhos da Assembléia Constituinte impediu que os parlamentares cumprissem os prazos por eles próprios estabelecidos para a aprovação de importantes projetos de legislação complementar, como dos planos de Custeio e Benefícios da Previdência e da Lei Agrícola. A situação vai se tornando tão séria que a quantidade de dispositivos constitucionais pendentes de regulamentação através de legislação ordinária prejudica o funcionamento do Estado, perturba a vida da sociedade civil e lança a Constituição no mesmo descrédito em que se encontra a atividade política.

O desinteresse dos presentes à solenidade de ontem e a ausência dos demais fizeram com que praticamente se ignorasse uma cordial escaramuça, provavelmente a primeira de uma série, entre os presidentes da República e do Congresso. Enquanto o chefe do governo apelava ao entendimento e propunha a antecipação da Reforma Constitucional prevista para 1993, o presidente do Legislativo criticava a forma como as medidas provisórias vêm sendo utilizadas e insistia na prioridade de completar o trabalho da Constituinte. As divergências nesta área têm que ser vistas como naturais e inerentes à vida democrática. Entretanto, seja qual for a tendência a prevalecer, o seu desenvolvimento exige necessariamente um Congresso atuante.